

DARCY RIBEIRO E O CAMPO CULTURAL PARA O RIO DE JANEIRO 1983-1986: A “REINVENÇÃO” DO POVO BRASILEIRO.

Resultado de investigação finalizada
GT 17 – Pensamento Latino-Americano e Teoria Social
Daniel Pinheiro Caetano Damasceno – UENF/CAPES

RESUMO:

O trabalho busca estabelecer um diálogo entre as ideias do Darcy Ribeiro antropólogo, particularmente em sua obra “O Povo Brasileiro”, onde discorre sobre a colonização do Brasil e a cultura de seu povo, com as ações do Darcy político, particularmente a frente do Estado do Rio de Janeiro enquanto homem forte da política cultural idealizada e construída para o Rio de Janeiro durante o primeiro mandato de Leonel Brizola como Governador desse Estado, entre os anos de 1983 e 1986. Nesse período, Darcy, ocupou os cargos de Vice-Governador, Secretário de Cultura, Ciência e Tecnologia e Presidente da Comissão Coordenadora do Programa Especial de Educação (PEE).

PALAVRAS-CHAVE: Darcy Ribeiro; Cultura; Rio de Janeiro

O presente trabalho examina, através das publicações no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, a agenda cultural desenvolvida por Darcy Ribeiro para o Rio de Janeiro durante os anos de 1983 e 1986. O governo de Brizola e Darcy se caracterizou por sua preocupação com a dessacralização e democratização da cultura, princípio que norteia as ações culturais do período.

No dia vinte e dois de junho de 1984, pela primeira vez a cultura aparece com uma chamada na capa do Diário Oficial: A quinta e última nota da capa, intitulada “Cultura e Lazer”, anuncia a ópera Nabucco de Verdi no Teatro Municipal. Chama a atenção o fato de ópera ser descrita como um espetáculo que “canta o espírito de libertação de povos oprimidos”, uma temática que muito se assemelha com a do próprio Partido Democrático Trabalhista, que na Carta de Lisboa reconhece ser “urgente a tarefa de libertação do nosso povo”.

A página quatro do dia vinte e dois de junho publica página inteira sobre o espetáculo. Em letras garrafais, a página estampa o título “Nabucco, de Verdi: um grito de libertação no Municipal”. Na matéria, chama atenção o trecho que informa:

O nome Verdi, consagrado após a primeira apresentação de Nabucco no Teatro La Scala de Milão, foi logo associado ao movimento patriótico dos italianos, por coincidir com as iniciais do slogan “Vittorio Emmanuele Re D’Itália”. Assim, quando se gritava “Viva Verdü”, era possível demonstrar a adesão a Vittorio Emmanuele li, rei da Sardenha, que mais tarde seria o primeiro rei da Itália unificada. E o coro de Nabuoco, “Va, pensiero”, o coro dos exilados na Babilônia bíblica, se transformou também no coro dos italianos oprimidos em sua própria terra. (DOERJ, 22/06/1984 p. 04)

Fica explícito o caráter político do primeiro evento cultural noticiado na capa e em destaque de página do Diário Oficial do Governo Brizola. O espetáculo canta “a libertação dos povos oprimidos” e faz referência a uma exaltação aos exilados e oprimidos, características que unificam Darcy, Brizola e o povo brasileiro.

No dia treze de julho, a principal chamada de capa do Diário Oficial leva o título “Municipal: 75 anos levando cultura ao povo do Rio”, fazendo referência ao aniversário de setenta e cinco anos do Teatro Municipal do Rio de Janeiro, no dia seguinte. A chamada faz questão de ressaltar que o Teatro “deixou, desde o ano passado, de ser frequentado apenas pelas consideradas “elites””. A chamada ressalta ainda

a intenção de “democratizar o mais importante espaço cultural do País”. Essa chamada ganha todo o espaço da última página, a número trinta e seis, e estampa o título “O velho teatro, onde impera o pensamento.” Também nessa página a chamada realça “a política de democratização da cultura clássica.” e anuncia a existência de projetos na Secretaria de Ciência e Cultura, “a fim de tornar cada vez mais popular esse palco”. A chamada do dia trinta diz respeito a evento da Rioarte que inaugura o 8º Salão Carioca de Arte, que funcionará durante todo mês de agosto, das 10h às 18h, na Estação Carioca do Metrô. A chamada do dia trinta e um destaca curso sobre Literatura de Cordel e Arte Popular oferecido pelo Centro Cultural Municipal de Santa Teresa. Interessante notar que todos os três eventos abordam cultura popular, seja do povo carioca, nordestino ou por estar localizando em estação de metrô, que caracteriza um transporte coletivo de massa, estando, portanto, situado num local de grande circulação popular.

Ao longo do mês de novembro a cultura voltou a figurar na capa do Diário Oficial em duas oportunidades. No dia cinco, a chamada “O centro da cidade abre alas para a cultura” destaca o Dia Nacional da Ciência e da Cultura, que será comemorado – com a organização do Departamento de Cultura do Município – de acordo com a chamada, através do “congraçamento de todos os produtores de cultura que têm o Rio como local de trabalho”. Segundo a chamada, a iniciativa irá “evidenciar a pluralidade cultural da cidade”, uma vez que no evento ocorrerá o encontro das “várias formas de cultura: da erudita à popular.”.

O mês de novembro traz chamadas muito relevantes para a política cultural do Governo Brizola: No dia seis, a chamada “Centros Integrados irão abrir mais espaço para a cultura” traz depoimento de Maria Lúcia Freire, do Departamento de Assuntos Culturais do Departamento do Estado de Cultura de que os Centros Integrados de Educação Pública, previstos para funcionar em março de 1985, funcionariam como casas de cultura, com atividades que envolvem as comunidades. A frase de Maria Lúcia Freire que abre a reportagem resume a política cultural do Governo Brizola: “O trabalho da cultura não se separa da ação educacional. Pelo contrário, os dois caminham juntos. Por isto, procuramos envolver a instituição estudantil com a comunidade.”.

Ainda em novembro, no dia doze, destaca-se a chamada “Preservação da Cultura exige criatividade e muito esforço”, retirado de discurso de Leonel Kaz, Vice-Presidente da Funarj, na Câmara dos Deputados no Dia Nacional da Cultura. A importância da política cultural para o governo do PDT e a importância de Darcy Ribeiro para a questão cultural do mesmo podem ser percebidas no trecho a seguir, reproduzido da referida chamada:

um povo não pode viver afastado de si mesmo toda a vida." Esta foi uma das conclusões colocadas no discurso que Leonel Kaz, vice-presidente da Funarj, fez na Câmara dos Deputados, em Brasília, no dia nacional de cultura. Leonel, representando na ocasião o Secretário de Ciência e Cultura do Rio de Janeiro, Darcy Ribeiro, disse ainda que o florescimento e a preservação do bem cultural exigem criatividade, despreendimento, muita vontade e algum esforço. [...] o programa cultural de um governo eleito e representativo que, na sua diversidade, tem muita união. A diversidade é enriquecedora. Aqui na Funarj a diversidade da ação de pessoas como Miguel Proença (diretor da Sala Cecília Meireles), Dalal Achcar (do Teatro Municipal), Ana Maria Bahiana (diretora do MIS) Antônio Pedro, do setor de teatro e Adriano de Aquino, das artes visuais, faz com que a experiência de cada um enriqueça e repercute na área do outro e assim se encontra a unidade." As diretrizes da política cultural no Estado do Rio são traçadas por Darcy Ribeiro, que, segundo Leonel, "é um dos raros intelectuais brasileiros que consegue conjugar a palavra com a ação. O que Mário de Andrade representou na primeira metade deste século, Darcy

representa hoje. Esta ação cultural se dá de forma prática num espectro bem amplo, atingindo os setores mais diversos. (DOERJ, 12/11/1984, p.04)

Em dezembro, duas chamadas recebem destaque: A primeira, do dia três, traz o título “Campofiorito quer proteger a cultura, respeitando o folclore do interior do Estado” e traz depoimento de Ítalo Campofiorito, diretor do Departamento de Cultura da Secretaria de Estado de Ciência e Cultura. Campofiorito afirma a necessidade de “proteger a cultura onde quer que ela exista, respeitando as diferenças regionais e, sobretudo, a fragilidade de certas manifestações do interior. Não podemos sufocar a pequena e ingênua cultura das cidades do Estado do Rio com a grande cultura europeia”. No texto, Campofiorito fala sobre o trabalho que tem desenvolvido, enfatiza os CIEPS como instrumento essencial para a política cultural do Governo do Estado e antecipa a criação da Casa França-Brasil, idealizada por Darcy Ribeiro e um dos marcos culturais do Governo Brizola:

Num primeiro momento o trabalho foi integrar as várias partes do Departamento: patrimônio cultural, editoração, bibliotecas, ativação cultural e escolas de arte. "Isso implica, explica ele, em considerar que patrimônio, cultura e criatividade contemporâneas não são coisas diferentes. Tudo é patrimônio, e todo patrimônio antigo tem de ser considerado vivo para o uso do povo. Não existe isto de a cidade de um lado e o patrimônio do outro. [...]um dos principais veículos da política cultural do Governo de agora em diante serão os Cieps. Os 60 Centros Integrados de Educação Pública farão com que educação e cultura se misturem. Uma parte do período das aulas será ocupada com arte e educação e nos fins de semana os Cieps viram casas de cultura. Os projetos de bandas, corais, teatro amador, que já estão se desenvolvendo, se transferirão para os Cieps, bem como cursos e discussões e apresentações de danças locais, artesanato, sentimento sobre o patrimônio e ecologia. [...] O diretor do Departamento de Cultura revela que o edifício da antiga praça do Comércio (que é como se chamavam as Bolsas de Valores antigamente), mais tarde Alfândega e depois Tribunal do Júri, na Candelária, vai ser restaurado para funcionar como Museu França-Brasil. Cerca de 80% da restauração serão pagos pelo Governo federal e grande parte dos 20% restantes, que caberiam ao Estado, serão financiados pela Fundação Roberto Marinho. O projeto do museu será feito com o apoio do Ministério da Cultura do Governo da França, em conexão com o Centre George Pompidou. Trata-se do primeiro prédio projetado por Grand Jean de Montigny no Brasil, em 1924. A concepção do museu inclui a celebração daquilo que a França viu no Brasil desde a época de Villegagnon e das invasões do Rio e do Maranhão, além de uma leitura crítica brasileira dessa visão. (DOERJ, 03/12/1984, p.04)

A segunda chamada cultural de destaque em dezembro foi publicada no dia quatro, com o título “Estado tem um dos mais ricos folclores do país”, noticiando o trabalho da Divisão de Folclore do Departamento de Cultura do Estado. Na chamada, a diretora da Divisão, Cascia Frade, divulga os departamentos de pesquisa, documentação e promoção da Divisão de Folclore. Desses departamentos saem pesquisas de campo e bibliográficas sobre as manifestações folclóricas do Rio de Janeiro e no ano seguinte pretende lançar um Guia do Folclore Fluminense. O Departamento de Promoção organiza também palestras, cursos e exposições que mantém atuantes as manifestações dos grupos folclóricos. Na chamada, Frade ressalta que o Rio de Janeiro “tem congregado grupos étnicos variados: recebeu mineiros, nordestinos, capixabas, gaúchos, que para aqui trouxeram suas festas e sua cultura” e que por

esse motivo é difícil falar de um folclore carioca, pois no Rio de Janeiro “convivem manifestações folclóricas não só das outras regiões fluminenses como também de todo o Brasil.”

Em janeiro de 1985 destaca-se reportagem com o escritor Gerardo de Mello Mourão, então presidente da Rioarte. A chamada, intitulada “O povo entende, gosta e vibra com a arte erudita”, ressalta que a Rioarte teve um ano de 1984 bastante produtivo e destaca projetos como o Salão Carioca de Arte, no Metrô, a Semana de Balé que reuniu todas as setenta e seis escolas de danças, algumas delas situadas em favelas e a redução nos gastos, passando de duzentos e oitenta para oitenta e três funcionários “necessários”. Mourão justifica afirmando que “a finalidade do órgão é produzir arte e cultura, e não empregos.” e ressalta o caráter popular do projeto:

A fronteira entre a cultura popular e a erudita é uma fronteira supersticiosa, pois a cultura popular alcança níveis tão altos quanto a cultura erudita em certas manifestações de arte. A política cultural do Estado e do município obedece à orientação do Secretário de Cultura Darcy Ribeiro, que tem trabalhado no sentido de uma integração. As verbas para a cultura, que não são grandes, tenderiam a se pulverizar, diminuindo a eficácia dos projetos através de iniciativas de vários órgãos diferentes. (DOERJ, 07/01/1985, p.04)

No dia 14 fora publicada a chamada “Revista do Brasil, em busca do equilíbrio entre o erudito e o popular”, que destaca o lançamento do terceiro fascículo da Revista do Brasil¹. A chamada publica declaração de Darcy Ribeiro sobre o artigo de Fernando da Rocha Peres sobre Gregório De Mattos, destaque da edição da revista, segundo Darcy: “ele me agrada porque nos dá a presença de um iracundo, o que nunca deve faltar nesta revista”. A chamada destaca as áreas de cinema e antropologia da revista, a inauguração de uma seção de polêmica, onde é aberto espaço para debate e traz declaração de Ana Arruda, diretora da Divisão Editorial do Departamento de Cultura do Estado, de que “A Revista do Brasil caminha em direção a um equilíbrio saudável entre o que é erudito e o popular, tratando ambos os setores de forma clara, aprofundada e sem partidarismos.”

No mês de março destacam-se duas chamadas publicadas na página quatro, tradicional página da cultura. A primeira delas, sob o título “Estado estuda tombamento dos últimos coretos” informa que o Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC), do Departamento Geral de Cultura do Estado estudava tombamento provisório dos coretos do Estado do Rio de Janeiro. A chamada afirma que a inclinação ao tombamento vem da “importância arquitetônica e cultural e, porque, eles são, segundo o escritor Pedro Nava, parte do “patrimônio sentimental” de todos nós.” A segunda chamada mencionada, data do dia vinte e nove e tem o título “Educação extingue 3º turno e aumenta vagas”. Apesar de ser uma chamada de educação, encontra-se na página de cultura e aborda também o aspecto cultural, reforçando a parceria entre cultura e educação existente no Governo Brizola ao fechar o texto com o seguinte parágrafo:

Na área cultural os objetivos da Secretaria de Educação e Cultura são os de preservar a memória cultural da cidade do Rio de Janeiro e elaborar normas que visem à proteção dos bens culturais e seu tombamento, na área do patrimônio cultural. Na área comunitária, a Secretaria pretende apoiar pesquisas que façam emergir conhecimentos e valores latentes das comunidades e desenvolver trabalho participativo com as comunidades objetivando a melhoria da qualidade de vida urbana da cidade. (DOERJ, 29/03/1985, p.04)

¹ A Revista do Brasil é um empreendimento de parceria entre a Funarj, o Rioarte e a Secretaria de Cultura do Estado do Rio de Janeiro.

No dia dezesseis de abril, destaca-se a chamada “Rio quer levantar a memória dos bairros” e notícia iniciativa de Secretaria Municipal de Planejamento, de preservar as características históricas e culturais dos bairros cariocas. De acordo com a chamada, o projeto, chamado Memória dos Bairros:

Tem como objetivo preservar a Identidade cultural dos bairros do Rio de Janeiro. Formam esta identidade cultural os seguintes elementos: traçado urbano, padrões arquitetônicos, tipos de edificação, marcos de referência, acidentes geográficos, moradores importantes e outros. Estes elementos, somados, definem o perfil daquele bairro, que lhe dá personalidade e vida própria. [...] O projeto Memória dos Bairros procura assim inserir a preocupação com a preservação do patrimônio cultural nas ações de planejamento urbano, visando a manutenção da fisionomia cultural dos bairros e da cidade. (DOERJ, 16/04/1985, p.04)

A notícia acima ressalta a política de preservação cultural do Governo Brizola que se dá não só através de tombamentos, mas na tentativa de promover e revigorar tudo aquilo que é característico e peculiar do povo carioca. Ao longo do mês de maio destacam-se três chamadas sobre cultura publicadas na página quatro. “Salvar o Rio para sua população”, aborda a então nova política do Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural que, de acordo com a chamada, “agora norteia suas diretrizes a partir dos anseios da comunidade”. Nesse sentido, a chamada destaca que já haviam sido tombados vinte e três prédios nos bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo e afirma que Sagas é o nome do projeto de preservação, que agrega o nome dos três bairros supracitados. O Diretor do Departamento Geral de Cultura do Município e membro do Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural, Afonso Carlos Marques dos Santos enfatiza a importância da política cultural para o Rio de Janeiro:

O Rio vive hoje uma consciência aguda da necessidade de se preservar em regime de emergência o seu patrimônio. E preservar não apenas os símbolos do exercício do poder (templos, fortificações, palácios) mas também aquilo que é fundamental para a memória da coletividade e a identidade da população trabalhadora, cujo acervo sentimental e cultural sempre foi colocado em segundo plano. Assim, o Sagas tombou provisoriamente não apenas exemplares da arquitetura neoclássica e eclética da área, mas também cortiços e formas de moradia das camadas populares (DOERJ, 06/05/1985, p. 04)

No dia 13 de maio de 1985, a página quatro publicou a chamada “Corredor Cultural, um projeto democrático”. A chamada informa que o Corredor Cultural² existe desde 1979, “dentro do clima de abertura em que associações comunitárias passaram a exigir melhor tratamento dos espaços urbanos e sua participação nas decisões”. Em 1983, assinou-se o Decreto-Lei do Corredor que no ano seguinte foi sancionado, junto com a criação da Zona Especial, que a chamada define como “uma precursora das Áreas de Proteção Ambiental muito usadas pelo patrimônio estadual”. Na ocasião da chamada, o Corredor já se encontrava sob administração da Rioarte, e seu diretor, Gerardo de Melo Mourão classificou o projeto como “inteligente, bonito e, acima de tudo, democrático. De acordo com Ítalo Campofiorito, gerente de implantação do projeto no Rioarte, o Corredor Cultural traz mescla de maneira única o urbanismo, a cultura e a estética:

A cidade é, como a cultura, de natureza cumulativa, e é essa qualidade que procuramos preservar. Defendemos a cidade como linguagem do cotidiano e

² O Corredor Cultural é um projeto de preservação e revitalização do Centro Histórico do Rio de Janeiro e abrange Lapa, Cinelândia, Carioca, Passeio Público, Praça Tiradentes, Praça XV, SAARA e Largo São Francisco.

acreditamos que o grotesco tem seu lugar. A estética do Corredor admite o feio que faz parte da vida. Eu chamaria o projeto de culturalista, já que é extremamente ligado à preservação da vida urbana, no que ela tem de bonito, de sublime e de engraçado. (DOERJ, 13/05/1985, p.04)

A cultura ganhou maior espaço nas capas do Diário Oficial ao longo do mês de julho. Ao todo foram quatro aparições, chegando a estampar duas chamadas numa mesma capa, no dia vinte e dois. A primeira chamada, intitulada “Fazenda Colubandê será Casa da Cultura”, foi publicada no dia cinco e noticia que Brizola libera orçamento de Cr\$728 milhões para construção de três Casas de Cultura, em São Gonçalo, Vassouras e Angra dos Reis. A chamada afirma ainda que a expectativa do governo é aprontar, até 1987, mais cinco casas que funcionarão em prédios históricos tombados.

A página dois estampa a chamada que ganhou espaço na capa, dessa vez sob o título “Governo libera verba e cria centros culturais no interior”, informa que as Casas de Cultura têm por objetivo “resgatar a memória e preservar o patrimônio artístico-cultural através da realização de atividades na área da Ciência e Cultura em vários pontos do Estado.” E que servirão de espaço para “feiras de ciências, festivais, concursos, encontros de bandas e corais, concertos, exposições e mostras fotográficas, além de promover atividades em suas oficinas de teatro, artesanato e arte.” e diz que as próximas Casas de Cultura serão em Ipanema, Parati, Niterói e Lapa.

No dia quinze de julho, a página quatro do Diário Oficial publicou a chamada “Rioarte estima dois milhões público de seus espetáculos e mostras desde 83”. A estimativa é de Gerardo Melo Mourão, Presidente da Rioarte, em relatório entregue ao Prefeito Marcello Alencar. Na chamada, Mourão ressalta a excelência do momento cultural vivido pelo Rio de Janeiro e, conseqüentemente, pela Rioarte:

Nunca na historia da cidade [...], o povo foi contemplado com uma política cultural tão abrangente. Alguns eventos, como o Auto de São Sebastião (com um público calculado pelos jornais em torno de 300 mil pessoas) ou o Salão Carioca de Artes ou ainda o Auto da Paixão da Lapa (cálculo Dos jornais em cerca de 100 mil pessoas) reuniram audiência maior do que a dos espetáculos do Rock in Rio em qualquer dos dias de suas apresentações. Com a diferença de que o Rock in Rio gastou milhares de dólares para ser feito e nós gastamos apenas alguns milhares de cruzeiros. [...] E também quero deixar claro [...] que temos sido prestigiados de modo excepcional pela Prefeitura e pela Secretária Municipal de Educação, Maria Yedda Linhares, além de devermos também alguns projetos à cooperação do Secretário de Ciência e Cultura, Darcy Ribeiro. (DOERJ, 15/07/1985, p.04)

O dia dezoito de setembro publica na página quatro a chamada “Funarj saneia finanças e investe em bens culturais”. A matéria, com Leonel Kaz, Vice-Presidente da Funarj, aborda a recuperação financeira do órgão, que superou uma dívida de cerca de um milhão de dólares, e focou-se na “recuperação dos bens e equipamentos culturais do Estado”. Na chamada Leonel Kaz, exalta a política cultural do Governo Brizola, afirmando que o Estado “não intervém na cultura, mas sim cria condições para que ela possa ser produzida com vigor e liberdade no Rio de Janeiro.”. Apontada na chamada como um dos pilares da Secretaria de Ciência e Cultura, ao lado do Departamento de Cultura do Estado, a Fundação das Artes do Rio de Janeiro (FUNARJ) tem a recuperação da Sala Cecília Meireles e da Escola de Dança Maria Olenawa, a reforma da Escola de Música Villa-, o fim da crise da Escola Martins Pena Lobos como exemplos da atuação da Funarj, resumida nos dizeres de Kaz:

Estamos partindo para recuperar os bens e equipamentos, pois com isto se abre a possibilidade de produzir a cultura por qualquer produtor. A política cultural

no País passa pelo atendimento clientelista, pela superposição de projetos e mantém a cultura em banho-Maria. Tradicionalmente, os órgãos oficiais tratam das coisas sem interesse ou das atividades que não dão resposta comercial. Assim, a cultura oficial fica antiga. Por exemplo, existe um Instituto Nacional de Foclore, mas não existe um instituto que cuide de televisão e vídeo, ou seja, as formas contemporâneas de cultura não foram privilegiadas. [...] assim como não estamos inventando viadutos, não estamos também com uma visão novidadeira da cultura. Nosso interesse principal é manter física e humanamente o trabalho da Funarj. Para isto, fazemos não só obras mas também concursos públicos, como os que foram realizados para renovar os quadros da Orquestra Sinfônica do Municipal, da Orquestra Sinfônica Jovem e do corpo do baile daquele teatro. E a Orquestra Jovem também se apresenta nos CIEPs, saindo fora do circuito só de elites. (DOERJ, 18/09/1985, p.04)

A chamada destaca ainda outras realizações da Funarj, tais como a “dessacralização” dos Museus, as exposições no Metrô, o revigoramento de espaços culturais como MIS e Parque Lage e a programação teatral, como fundamentais na política cultural que resgatou a instituição. A segunda chamada, intitulada “Secretaria vai distribuir lonas culturais pela cidade”, data do dia treze e divulga a primeira iniciativa do novo Secretário de Cultura do Município, Antonio Pedro, de distribuir lonas culturais para a população “a fim de que ela criasse ou seu circo ou o seu palco”. Na chamada, Antonio Pedro, que possui uma vida dedicada à área cultural, tendo sido ator, diretor, autor teatral e ex-coordenador do setor de Teatro da Funarj, expõe seus pensamentos sobre a questão cultural no Rio de Janeiro de maneira geral e sobre o funcionamento das lonas, especificamente, que, segundo ele, teriam a função de estimular a produção cultural espontânea das comunidades, não necessariamente possuindo um caráter oficial:

O trabalho se desenvolve diretamente nas comunidades, explica o secretário; é a coisa da arte com educação. Pretendemos fazer um levantamento dos dispositivos legais que regem a produção cultural no Estado e o que pode ser feito para ser mudado e melhorado neste contexto. Vamos partir para criar centros de cultura permanentes nas áreas mais carentes. Os que já existem vão continuar e vamos aparelhá-los tanto do ponto de vista material como humano, para que possam funcionar, dentro das "possibilidades da administração. É neste ponto que o dinheiro do povo volta ao povo, que vamos tentar dar ao público muitas alternativas culturais [...] A produção cultural do Rio — pela própria crise que o País vive o que se reflete em todos os setores — tem muitos problemas. E nós temos de olhar não apenas pelo setor emergente e pelos produtores iniciantes, mas também pelos que já existem, são profissionais há muito e também estão estrangulados. Vamos desafogar os espaços afogados. [as lonas] serão entregues às comunidades, e talvez vão junto com elas agitadores culturais, mas com a intenção de estimular a comunidade para que ela própria possa gerar os seus fatos culturais. Imagino que estas lonas sejam instaladas quase sempre perto dos campos de futebol. Lá dentro vai se fazer silk-screen, que servirá para ajudar a imprimir os cartazes da programação, mas também pode imprimir as camisas do time de pelada. Estas lonas, na medida em que se fixem e que as atividades desenvolvidas nelas sejam feitas e apoiadas pelas comunidades, poderão ser substituídas por uma estrutura de cimento. Se naquela área não houver interesse e a lona ficar abandonada, a gente tira ela de lá e leva para outro lugar. Não importa o que role debaixo das lonas: samba, rock ou forró. Importa é que, com as lonas, estaremos fazendo algo desligado

do caráter vetusto da coisa oficial, em que o Estado interfira apenas como estimulador. (DOERJ, 13/01/1986, p.04)

No dia quinze de maio está a chamada “Darcy se desincompatibiliza e dá balanço na cultura” traz reflexão de Darcy sobre seu cargo a frente da Secretaria Estadual de Cultura, cedendo lugar a Edmundo Moniz, uma vez que Darcy se candidataria a Governador nas eleições de Novembro. Ao analisar os feitos culturais de sua equipe, Darcy enaltece os feitos do Governo Brizola e a importância de sua equipe e da veia cultural do Estado do Rio de Janeiro, cujas diferenças culturais foram aproveitadas sem julgamento de valor entre o erudito e o popular:

Tudo que fiz teria sido feito sem mim, pois o Rio tem uma tal criatividade que ele age com ou sem a participação dos órgãos oficiais. Assim, fizemos muitas coisas, algumas delas inolvidáveis. [...] Tombamos mais do que todos os governos anteriores juntos. Tombamos uma rua inteira (a da Carioca), quase cem quilômetros de praias, que poderão dar muito prazer aos netos de nossos netos, tombamos 14 coretos e vamos agora restaurá-los. Tudo isso só se compara ao gesto de D. Pedro, que comprou as fazendas do Alto da Boa Vista e mandou replantar toda a floresta da Tijuca. O Governo Brizola também teve um gesto comparável, ao tomar tantos bens, que agora não poderão ser mais destruídos. [...] Estamos restaurando, também, continuou, o antigo prédio da Alfândega, o último remanescente inteiro das obras que o arquiteto Grandjean de Montigny deixou no Brasil. Lá será feito o Museu França-Brasil, que vai mostrar 400 anos de relações cordiais entre os dois países. — Quanto ao Teatro Municipal, ele, além de levar 175 peças nesse período, abriu suas portas às crianças, que puderam ver produções de alto nível. [...] O mais bonito foi criar uma equipe que é capaz de levar isso à frente, comandada agora por Edmundo Moniz. Criamos equipes nas áreas de patrimônio, tombamento, teatro, e instituímos um estilo de conduzir a cultura Este é o estilo antropológico de um homem que vê a cultura sem sectarismo, que considera no mesmo nível Villalobos e Clementina de Jesus. (DOERJ, 15/05/1986, p.32)

A empreitada de Darcy com Brizola, que culminou na criação do PDT e na vitória no pleito eleitoral para governo do Estado do Rio de Janeiro em 1982, fazem de Darcy um membro da elite política, capaz então de propor o projeto cultural autônomo de desenvolvimento que o mesmo acreditava faltar. Darcy busca então, em seu próprio projeto cultural autônomo de desenvolvimento, “medicar”, enquanto político, as mazelas que “diagnosticou” enquanto antropólogo. Esse projeto se deu através dos “fazimentos” culturais e educacionais que Darcy pensou para o Rio de Janeiro. Enquanto antropólogo, Darcy não apenas apontou as mazelas da formação do povo brasileiro, mas apontou o caminho a ser seguido:

O que faltou, sempre, foi espaço para movimentos sociais capazes de promover sua reversão. Faltou sempre, e falta ainda, clamorosamente, uma clara compreensão da história vivida, como necessária nas circunstâncias em que ocorreu, e um claro projeto alternativo de ordenação social, lucidamente formulado, que seja apoiado e adotado como seu pelas grandes maiorias. (RIBEIRO, 1995, p. 26)

A agenda política construída por Darcy para o Rio de Janeiro, nos campos da cultura e educação, são uma tentativa de Darcy de impedir que o povo brasileiro seguisse “consumindo” uma cultura alheia, mimetizadora, que não serve para si. Darcy busca “reinventar” o povo brasileiro, transformando a

cultura espúria em cultura autêntica. A partir das concepções teóricas de Darcy Ribeiro (1995) e Bourdieu (1999), é possível estabelecer um fio condutor com a política cultural estabelecida para o Rio de Janeiro no período. Darcy assume o poder e modifica o que Bourdieu chama de doxa, que são as regras consentidas de funcionamento implícito do campo. Darcy quebrou os espaços de dominação cultural de uma determinada classe ao colocar, por exemplo Clementina de Jesus para se apresentar no Teatro Municipal. Colocou na Praça da Apoteose artistas diversos como Caetano Veloso, James Taylor e A noite do Pagode. Ao conferir ao popular e ao erudito a mesma importância cultural, Darcy não permite o movimento elitista que Bourdieu chama de translação da estrutura, que são estratégias de reconversão de um grupo para manter ou modificar sua posição num determinado campo. A política cultural no Rio de Janeiro não contemplou somente um grupo. Ao trazer iniciativas como a lona cultural, a política cultural do Rio de Janeiro permitiu que a população tivesse a oportunidade de fazer sua própria manifestação cultural, como que numa tentativa de quebrar o conceito de alienação cultural, permitindo ao povo a enxergar seus próprios valores e suas manifestações, fortalecendo a autonomia e o nacionalismo, justamente dois elos apontados por Darcy como atrofiados na construção de uma cultura própria. A política cultural construída na agenda política Darcy Ribeiro para o Rio de Janeiro busca, então, quebrar a noção de cultura como sagrado, com seus locais e estilos adequados, espalhando-a nos quatro cantos do Rio, sob os mais diversos estilos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999

RIBEIRO, Darcy - *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Poder Executivo. *Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro* (DOERJ) de 19/06/1984 a 31/12/1986.